

CADERNO DE PROVA

Município de Santo Hipólito

Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares

Edital 001/2023/CMDCA

Prova de Conhecimentos

Instruções



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**.
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 4 alternativas diferentes de resposta (a, b,c, d). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- O candidato poderá sair da sala somente após 1 hora do início da prova.
- O candidato poderá levar somente a cópia do gabarito.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova e o cartão resposta devidamente preenchido e assinado.



18 de junho



8 às 11 horas



25 questões



3h de duração*

Estatuto da Criança e do Adolescente

25 questões

1. De acordo com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa até:

- a. 16 anos completos.
- b. 14 anos completos.
- c. 14 anos incompletos.
- d. 12 anos incompletos.

2. De acordo com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária é dever:

- a. exclusivo da família.
- b. da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.
- c. exclusivo do poder público.
- d. exclusivo da sociedade em geral.

3. Com base na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão é o conceito de:

- a. Cuidado.
- b. Educação.
- c. Orientação.
- d. Castigo físico.

4. De acordo com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ou ameace gravemente, ou ridicularize, é considerado:

- a. Apadrinhamento.
- b. Cuidado paliativo.
- c. Tratamento cruel ou degradante.
- d. Tratamento de transtorno de conduta.

5. A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê que, salvo na condição de aprendiz, é proibido qualquer trabalho a menores de:

- a. 12 anos de idade.
- b. 17 anos de idade.
- c. 16 anos de idade.
- d. 14 anos de idade.

6. De acordo com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- 1. maus-tratos envolvendo seus alunos.
- 2. reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- 3. elevados níveis de repetência.
- 4. baixos níveis de repetência.
- 5. zelo e cuidado envolvendo seus alunos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 3 e 5.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. São corretas todas as afirmativas.

7. Sabrina, na época com 15 anos, realizou uma conduta descrita como crime ou contravenção penal.

De acordo com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Sabrina cometeu:

- a. perturbação
- b. ato infracional
- c. crime
- d. ato de contrição

8. As opções a seguir apresentam programas socioeducativos segundo o ECA, à exceção de uma. Assinale-a.

- a. Prestação de serviços à comunidade
- b. Liberdade assistida
- c. Semiliberdade
- d. Prisão domiciliar

9. Os adolescentes João, Saulo e André irão participar de uma festa junina, cabendo a eles comprar fogos de artifício, cachaça para fazer quentão, paçoca, milho para pipoca, salsicha, tomate e cebola.

Com base no ECA, assinale a opção que indica os produtos que poderão ser adquiridos pelos adolescentes.

- a. Salsicha, tomate e cebola.
- b. Paçoca, cachaça e milho de pipoca.
- c. Tomate, fogos de artifício e paçoca.
- d. Cachaça e fogos de artifício.

10. De acordo com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente:

Nenhuma criança ou adolescente menor de _____ anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- a. 16
- b. 17
- c. 14
- d. 15

11. De acordo com o ECA, os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao(à) _____ da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

- a. Ministério Público
- b. Polícia Militar
- c. Conselho Tutelar
- d. Assistência Social

12. O artigo 54 do ECA apresenta itens que configuram dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente. Assinale a alternativa que não apresenta um deles.

- a. Acesso aos níveis mais básicos do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um
- b. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- c. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- d. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade.

13. Marque V ou F e assinale a alternativa correta.

() A adoção atribui condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

() Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

- a. V - F
- b. F - F
- c. F - V
- d. V - V

14. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por _____ com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- a. vizinhos de bairro.
- b. amigos de infância.
- c. parentes próximos.
- d. colegas de escola.

15. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, _____ participar da definição da propostas educacionais.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a lacuna do texto.

- a. mas nunca.
- b. bem como.
- c. mas não.
- d. sempre que possível.

16. O Conselho Tutelar recebe uma denúncia de que a mãe, nos finais de semana, costuma deixar sozinho em casa à noite o seu filho de apenas 2 anos de idade, sai para a rua e só volta de madrugada. Qual a primeira providência a ser adotada pelo Conselho Tutelar?

- a. Visitar a mãe, adverti-la com rigor da sua conduta e fazer o acompanhamento da família durante um determinado período.
- b. Tirar a criança da mãe e colocá-la em uma família substituta.
- c. Denunciar a mãe na Secretaria de Assistência Social.
- d. Encaminhar, de pronto, relatório à Promotoria de Justiça para que esta adote as providências que julgar necessárias sob pena de ser responsabilizado por omissão.

17. Sobre a condição de aprendiz, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

- a. O aprendiz não é protegido pela legislação trabalhista e previdenciária.
- b. O aprendiz pode trabalhar no período noturno.
- c. O aprendiz pode realizar trabalho insalubre e penoso.
- d. O aprendiz, tendo 14 anos de idade pode trabalhar.

18. Criança e Adolescente devem ser considerados “PRIORIDADE ABSOLUTA” em quaisquer circunstâncias. Considerando-se este aspecto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia de prioridade compreende, EXCETO:

- a. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- b. Escolher onde e com quem morar, bem como definir seu horário escolar.
- c. Preferência na formulação e na execução das Políticas Sociais Públicas.
- d. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

19. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:

- a. Pelo Chefe do Poder Executivo.
- b. Pela Autoridade judiciária.
- c. Pelo(a)Delegado(a).
- d. Pelo Presidente da Câmara Municipal.

20. São atribuições do Conselho Tutelar, exceto:

- a. Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança. Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- b. Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- c. Expedir notificações.
- d. Elaborar o orçamento para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

21. O poder familiar será exercido pelo pai e pela mãe, com:

- a. prioridade da Mãe.
- b. prioridade do Pai.
- c. igualdade de condições.
- d. prioridade do mais velho.

22. De acordo com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a liberação da internação será compulsória aos:

- a. 21
- b. 18
- c. 16
- d. 14

23. São penalmente inimputáveis e sujeitos às medidas previstas na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, os menores de quantos anos?

- a. 18
- b. 16
- c. 14
- d. 17

24. O Conselho Tutelar, criado no âmbito dos municípios, é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade.

- a. a promover o desenvolvimento físico e emocional da criança e do adolescente julgar os casos de discriminação e maus tratos à criança e ao adolescente.
- b. zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- c. decidir sobre a guarda e adoção de crianças abandonadas.
- d. dar prioridade de atendimento às crianças de zero a seis anos de idade.

25. A mãe de uma menina portadora de deficiência procurou o Conselho Tutelar pedindo orientação quanto a possibilidade de atendimento educacional para sua filha deficiente. A conselheira tutelar explicou que o Art. 54 do ECA determina que é dever do Estado assegurar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência:

- a. desde que o tipo de deficiência não prejudique seu desempenho escolar.
- b. preferencialmente em instituição especializada, fora da rede regular de ensino.
- c. apenas na rede regular de ensino a partir do 6 anos de idade.
- d. preferencialmente na rede regular de ensino.